

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 33, DE 11 DE MARÇO DE 2022

Altera o Anexo I da Portaria nº 121, de 19 de outubro de 2021.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, e pela Portaria nº 305, de 10 de março de 2020, do Ministério da Cidadania, resolve:

Art. 1º Alterar a potência mínima do motor do automóvel básico constante no Anexo I - Configurações Mínimas para Aquisição de Veículos, da Portaria nº 121, de 19 de outubro de 2021, que passa a vigorar na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

ANEXO

TIPO	CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
Automóvel Básico	Veículo zero quilômetro; ano e modelo não inferior à data da contratação; carroceria tipo sedã; capacidade mínima para 5 ocupantes; porta-malas com, no mínimo, 450 litros de capacidade volumétrica; 5 portas; direção com assistência hidráulica e/ou elétrica; vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras; travas elétricas nas portas; jogo de tapetes de borracha ou de material similar a carpete; carroceria na cor branca com padronização visual do Ministério da Cidadania; motor de, no mínimo, 80 CV, combustível, gasolina ou etanol ou bicomcombustível (etanol e gasolina); ar condicionado de fábrica; todos itens obrigatórios, conforme legislação vigente; documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses.

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14/SEDS/SENARC/MC, DE 11 DE MARÇO DE 2022

Estabelece os critérios e procedimentos do teto para cálculo e pagamento do Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E) para o ano de 2022.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29 do Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; no art. 4º do Decreto nº 10.852, de 2021; no art. 5º do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e

CONSIDERANDO que as ações de apoio financeiro à gestão e à execução do Programa Auxílio Brasil (PAB) e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), realizadas pelos Estados, disciplinadas pelo art. 23 da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, serão executadas mediante transferências de recursos do Ministério da Cidadania, observados os critérios, procedimentos, sistemáticas de cálculo e parâmetros definidos;

CONSIDERANDO que a Portaria MDS nº 256, de 19 de março de 2010, estabelece e define os critérios, procedimentos, sistemáticas de cálculo e parâmetros;

CONSIDERANDO que o valor do apoio financeiro à gestão estadual do Programa Auxílio Brasil será calculado por meio do Índice de Gestão Descentralizada dos Estados (IGD-E), definido pela SENARC com fundamento nos critérios previstos na Portaria MDS nº 256, de 19 de março de 2010;

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no §5º do art. 3º da citada Portaria, cada Estado terá um teto mensal de apoio financeiro a receber, a ser definido e divulgado anualmente pelo Ministério da Cidadania em seu endereço eletrônico na internet; resolve:

Art. 1º Fica fixado, para fins de repasse de recursos aos Estados no exercício de 2022, o teto de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) a serem transferidos por intermédio do IGD-E.

Art. 2º Para a definição dos respectivos tetos para cada estado serão observados os seguintes critérios:

I - 30% do total estabelecido dos recursos serão divididos igualmente entre os 26 Estados, excluindo-se o Distrito Federal, que, para fins de IGD, é tratado como município;

II - 35% do total estabelecido dos recursos serão distribuídos proporcionalmente à estimativa de famílias pobres de cada Estado, conforme metodologia adotada pelo Ministério da Cidadania;

III - 17,5% do total estabelecido dos recursos serão distribuídos de acordo com a área territorial de cada Estado; e

IV - 17,5% do total estabelecido dos recursos devem ser distribuídos de acordo com a quantidade de municípios no Estado.

Art. 3º As transferências de que trata esta Instrução Normativa serão custeadas com os recursos orçamentários consignados no programa 5035 - Inclusão Social por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas, na ação 21DR - Apoio aos Entes Federados por Meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil - IGD, modalidade de aplicação 31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo, distribuídos conforme estabelecido no artigo anterior e colunas "f" e "g" constante do Quadro I, em anexo.

Art. 4. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ÁTILA BRANDÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR

ANEXO

Quadro I - Distribuição dos respectivos tetos, por estado da federação								
UF	Distribuição linear (30% do total de recursos disponíveis)	Total de famílias pobres (35%)	Área territorial por UF (17,5%)	Quantidade de municípios por UF (17,5%)	Teto Anual para 2021	Teto Mensal para 2021	%	
AC	R\$ 207.692,31	R\$ 31.545,37	R\$ 56.484,40	R\$ 12.443,89	R\$ 308.172,00	25.681,00	1,71%	
AL	R\$ 207.692,31	R\$ 159.752,69	R\$ 10.279,52	R\$ 57.694,38	R\$ 435.420,00	36.285,00	2,42%	
AM	R\$ 207.692,31	R\$ 135.479,91	R\$ 581.479,04	R\$ 35.069,13	R\$ 959.724,00	79.977,00	5,33%	
AP	R\$ 207.692,31	R\$ 23.486,46	R\$ 52.869,10	R\$ 9.050,10	R\$ 293.100,00	24.425,00	1,63%	
BA	R\$ 207.692,31	R\$ 697.141,45	R\$ 209.045,35	R\$ 235.868,20	R\$ 1.349.748,00	112.479,00	7,50%	
CE	R\$ 207.692,31	R\$ 423.640,30	R\$ 55.094,33	R\$ 104.076,14	R\$ 790.500,00	65.875,00	4,39%	
ES	R\$ 207.692,31	R\$ 108.575,07	R\$ 17.057,75	R\$ 44.119,23	R\$ 377.448,00	31.454,00	2,10%	
GO	R\$ 207.692,31	R\$ 177.136,59	R\$ 125.897,80	R\$ 139.145,27	R\$ 649.872,00	54.156,00	3,61%	
MA	R\$ 207.692,31	R\$ 340.063,03	R\$ 122.897,75	R\$ 122.741,96	R\$ 793.392,00	66.116,00	4,41%	
MG	R\$ 207.692,31	R\$ 606.226,82	R\$ 217.128,51	R\$ 482.483,39	R\$ 1.513.524,00	126.127,00	8,41%	
MS	R\$ 207.692,31	R\$ 72.568,37	R\$ 132.205,14	R\$ 44.684,86	R\$ 457.152,00	38.096,00	2,54%	
MT	R\$ 207.692,31	R\$ 93.384,86	R\$ 334.416,73	R\$ 79.754,00	R\$ 715.248,00	59.604,00	3,97%	
PA	R\$ 207.692,31	R\$ 340.914,47	R\$ 461.886,00	R\$ 81.450,89	R\$ 1.091.940,00	90.995,00	6,07%	
PB	R\$ 207.692,31	R\$ 189.671,68	R\$ 20.893,69	R\$ 126.135,75	R\$ 544.392,00	45.366,00	3,02%	
PE	R\$ 207.692,31	R\$ 434.371,07	R\$ 36.394,41	R\$ 104.641,77	R\$ 783.096,00	65.258,00	4,35%	
PI	R\$ 207.692,31	R\$ 160.962,84	R\$ 93.114,25	R\$ 126.701,38	R\$ 588.468,00	49.039,00	3,27%	
PR	R\$ 207.692,31	R\$ 250.791,22	R\$ 73.785,00	R\$ 225.686,84	R\$ 757.956,00	63.163,00	4,21%	
RJ	R\$ 207.692,31	R\$ 452.083,34	R\$ 16.175,95	R\$ 52.038,07	R\$ 727.992,00	60.666,00	4,04%	
RN	R\$ 207.692,31	R\$ 142.842,24	R\$ 19.545,08	R\$ 94.460,41	R\$ 464.544,00	38.712,00	2,58%	
RO	R\$ 207.692,31	R\$ 54.950,29	R\$ 87.948,95	R\$ 29.412,82	R\$ 380.004,00	31.667,00	2,11%	
RR	R\$ 207.692,31	R\$ 17.365,56	R\$ 83.033,90	R\$ 8.484,47	R\$ 316.572,00	26.381,00	1,76%	
RS	R\$ 207.692,31	R\$ 245.432,94	R\$ 104.301,48	R\$ 281.118,69	R\$ 838.548,00	69.879,00	4,66%	
SC	R\$ 207.692,31	R\$ 99.359,12	R\$ 35.296,41	R\$ 166.861,20	R\$ 509.208,00	42.434,00	2,83%	
SE	R\$ 207.692,31	R\$ 100.313,90	R\$ 8.110,93	R\$ 42.422,34	R\$ 358.536,00	29.878,00	1,99%	
SP	R\$ 207.692,31	R\$ 883.250,96	R\$ 91.885,21	R\$ 364.832,11	R\$ 1.547.664,00	128.972,00	8,60%	
TO	R\$ 207.692,31	R\$ 58.689,45	R\$ 102.773,33	R\$ 78.622,73	R\$ 447.780,00	37.315,00	2,49%	
Total	R\$ 5.400.000,00	R\$ 6.300.000,00	R\$ 3.150.000,00	R\$ 3.150.000,00	R\$ 18.000.000,00	1.500.000,00	100,00%	

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

Acolho na íntegra as orientações da CONJUR/MCTI constantes do Parecer 80/2022/CONJUR-MCTI/CGU/AGU, sei nº 9513375, que recomendam o saneamento da etapa 4 da 1ª fase do Chamamento Público nº 31/2021, em observância aos princípios do devido processo legal e da verdade material, com aplicação subsidiária da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal

Nesse sentido, determino à comissão de avaliação que observe as recomendações e advertências do Parecer, em especial as mencionadas nos itens 04,10,15,16,20, 25 a 28 e 30, fazendo retornar o procedimento ao momento da interposição dos recursos, etapa 4, para subsequente intimação dos demais interessados com vistas à apresentação de suas contrarrazões, ao que se seguirão novas análises e decisões da comissão, levando em conta os argumentos de parte a parte. Só após, em não reconsiderada a decisão, os recursos deverão ser submetidos à decisão ministerial.

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA

Ministro

Substituto